

DETRAE



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

**ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**

**[REDAZIDA] FAZENDA VOLTA DA JUREMA, RODOVIA BR 230, KM 75,
ZONA RURAL DE ITUPIRANGA/PA**



PERÍODO DA AÇÃO: 23 de maio a 02 de junho de 2012

LOCAL: Itupiranga/PA

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: 04°53'14.9"S 049°32'74.5"W

ATIVIDADE: Criação de bovino para corte

CNAE 0151-2/01

MAIO DE 2012

OP 43/2012

ÍNDICE

I- EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO	03
II – DA EMPRESA E DO EMPREGADOR	04
III – DADOS GERAIS DA AÇÃO	04
IV – DOS AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	04
V – DA LOCALIZAÇÃO E DO ACESSO	05
VI – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	05
VII – DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS	05
VIII – DA AÇÃO FISCAL	06
VIII. 1 – DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS	06
VIII. 2 - DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO	07
IX – DA CONCLUSÃO	08
X- ANEXOS	08

I - EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SUPERINTENDÊNCIA DO PARÁ



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/8ª REGIÃO/PARÁ



BATALHÃO DE POLICIA AMBIENTAL DO PARÁ



II – DA EMPRESA E DO EMPREGADOR**II. 1- EMPRESA:**

FAZENDA VOLTA DA JUREMA, não comprovou cadastro no CEI, com atividades de criação de gado bovino para corte, CNAE 0151-2/01, situada no KM 75 da Rodovia BR 230 (transamazônica), Zona Rural do município de Itupiranga/PA, CPE 68.580-000

II. 2- EMPREGADOR:**III - DADOS GERAIS DA AÇÃO**

EMPREGADOS EM ATIVIDADE:	01
-Homens	01
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
EMPREGADOS ALCANÇADOS	01
-Homens	01
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
EMPREGADOS REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL	00
-Homens	00
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
EMPREGADOS RESGATADOS	00
-Homens	00
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
VALOR DA RESCISÃO	R\$.
DANO MORAL/TAC/MPT	R\$.
AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	09
GUIAS DE SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS	00
CTPS EMITIDAS	00
TERMO DE INTERDIÇÃO	01

IV – AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS

	Nº do AI	CIF	Ementa	Descrição
01	02121626-6		000010-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.
02	02121627-4		000978-4	Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.
03	02121628-2		131023-2	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma suas atividades.
04	02121629-0		131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.
05	02121630-4		131137-9	Deixar de proporcionar capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos a todos os trabalhadores expostos diretamente.
06	02121631-2		131179-4	Manter agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins armazenados em edificação que se situe a menos de 30 m de habitações ou locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais.
07	02121632-0		000439-1	Dificultar o livre acesso do AFT a todas as dependências

			dos estabelecimentos sujeitos ao regime da legislação trabalhista.
08	02121633-9	000005-1	Deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do início da prestação laboral.
09	02121634-7	001146-0	Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo.

V - DA LOCALIZAÇÃO E DO ACESSO

O empregador desempenha suas atividades na **FAZENDA VOLTA DA JUREMA**, situada no endereço acima identificado, entre o Distrito de Cajazeira e o Município de Novo Repartimento, as margens da BR 230, conforme coordenadas abaixo descritas:



VI - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em atenção à determinação do Senhor Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará, os Auditores Fiscais do Trabalho

acompanhados pelo Procurador do Trabalho e por equipe de Policiais do Batalhão de Polícia Ambiental do Estado do Pará, constatando os seguintes fatos.

VII - DAS CONDIÇÕES CONSTATADAS

Embora durante nossa diligência tenha sido encontrado somente 01 (um) empregado que laborava nas atividades de Vaqueiro, informações confirmadas pelo proprietário da Fazenda Senhor na Presença do Auditor Fiscal e do Procurador do Trabalho apontavam para a existência de, pelo menos, outros 05 (cinco) empregados, que laboravam nas atividades de roço de juquirá e que estariam alojados no interior da fazenda.

OS fatos acima descritos foram constatados por volta das 15h00min do dia 25 de maio de 2012, quando localizamos a fazenda, encontrando somente o proprietário e o vaqueiro, momento em que fomos informados pelo primeiro, que os trabalhadores que laboravam no roço de juquirá, em

número de 05 (cinco), estariam alojados em local de difícil acesso e o deslocamento até o referido local só seria possível com uso de animais (cavalo) ou a pé. No primeiro caso, o tempo de deslocamento demandaria cerca de 02h00min e, no segundo, em torno de 03h00min.

Em razão dos fatos e visando resguardar a segurança da equipe, uma vez que o deslocamento em área desconhecida, no meio da mata, com possibilidades de atravessar terrenos alagados e deslocamento em horário noturno, propiciaria alto risco ao grupo, ficou pactuado com o Senhor [REDACTED] que fariamos tal deslocamento no dia seguinte, quando então o mesmo se comprometeu a nos levar ao local onde os empregados estariam.

No dia seguinte, por volta de 07h30min, a equipe retornou a fazenda, quando então reencontramos o Senhor [REDACTED], que já havia providenciado 03 (três) cavalos para o deslocamento da mesma, sendo que parte dela realizou o trajeto a pé. Foi justamente durante o deslocamento que se evidenciou a dissimulação do proprietário da fazenda, cujo interesse maior era dificultar de todas as formas o acesso dos Agentes Públicos ao local onde supostamente estariam os empregados.

Conduzindo a equipe através de mata densa e fechada, em terreno acidentado e formado por morros, por quase duas horas de caminhada, o empregador, de forma maliciosa, enveredava por locais alagadiços e de mata fechada, onde nem mesmo o próprio conhecia, uma vez que buscava a toda hora rota alternativa, em clara demonstração de não saber para onde ir e sem querer ir a lugar nenhum. Diante de tal conclusão e pela experiência de saber que no caminho conduzido pelo Senhor [REDACTED] não havia qualquer vestígio de serviços de roço de juquirá ou mesmo da presença de trabalhadores na área, a equipe iniciou o processo de retorno a sede da fazenda.

Claro ficou a conduta dissimuladora do Senhor [REDACTED] ao ser indagado sobre o local onde efetivamente estariam os empregados, ao responder não saber ao certo onde estariam, pois teria dado R\$. 180,00 (cento e oitenta reais) para que os mesmos iniciassem o serviço, além de botinas e ferramentas, porém, não tinha certeza do local onde fariam o serviço, se foram fazer ou se voltaram para o Estado do Maranhão.

A ação ardilosa do Senhor [REDACTED] fica ainda mais cristalina ao constataremos que durante o retorno da equipe, já sem a necessidade de sua orientação, encontramos caminhos menos penosos e de menor distância. Tal conduta além de contrariar o artigo 630, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, o que motivou a lavratura de Auto específico, afronta a liberdade de ação que deve ser dispensada aos agentes públicos envolvidos em tal mister.

VIII - DA AÇÃO FISCAL

VIII. 1. DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS.

VIII. 1.1. Do pagamento de salário

Por efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo, contrariando o artigo 464 da Consolidação das Leis do Trabalho, lavramos o Auto de Infração de número **021216347**.

VIII. 1.2. Do registro de empregados

Por admitir e manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente, contrariando o artigo 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, foi lavrado o Auto de Infração de número **021216266**.

VIII. 1.3. Da anotação da CTPS

Por deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do início da prestação laboral, contrariando o artigo 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, lavramos o Auto de Infração de número **021216339**.

VIII. 1.4. Da anotação da CTPS

Por deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS de seus empregados, contrariando o artigo 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, lavramos o Auto de Infração de número **021216274**.

VIII. 1.5. Do livre acesso do Auditor a todas as dependências do estabelecimento sujeito ao regime da legislação trabalhista.

Pelo uso de expedientes que dificultaram o livre acesso e prestação de esclarecimentos necessários ao desempenho das atribuições dos agentes públicos envolvidos na ação, criando embaraços a fiscalização, conforme já amplamente descrito, contrariando o artigo 630, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, lavramos o Auto de Infração de número **021216320**.



Conduzindo a equipe através de mata densa e fechada, em terreno acidentado e formado por morros, por quase duas horas de caminhada, o empregador, de forma maliciosa, enveredava por locais alagadiços e de mata fechada, onde nem mesmo o próprio conhecia, uma vez que buscava a toda hora rota alternativa, em clara demonstração de não saber para onde ir e sem querer ir a lugar nenhum.

VIII. 2. DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO

VIII. 2.1. Da capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxico

Constatamos que o empregador deixou de proporcionar capacitação sobre prevenção de acidentes ao empregado que laborava na manipulação e aplicação de agrotóxico, contrariando ainda o artigo 13 da Lei número 5.889/1973, c/c item 31.8.15 da NR-31, com redação da Portaria número 86/2005, motivando a lavratura do Auto de Infração de número **021216304**. Na ocasião verificamos que o empregado utilizava equipamento costal para aplicação de veneno denominado PLENUM, para o qual não foi capacitado sobre prevenção de acidentes.



O empregado da fazenda Volta da Jurema usava equipamento costal para aplicação de veneno denominado TUXON, para o qual não foi capacitado sobre prevenção de acidentes.

VIII. 2.2. Do armazenamento de agrotóxico

Constatamos que o empregador mantinha galões de herbicidas da marca PLENUM e pulverizadores costais manuais, em um depósito contíguo a casa de morada, onde também armazenava mantimentos e outros objetos, contrariando o artigo 13 da Lei nº 5.889/1973 c/c item 31.8.17, alínea "e", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005, motivando a lavratura do Auto de Infração de número **021216312**.

VIII. 2.3. Do exame médico admissional

Ficou constatado que o empregador deixou de submeter seu empregado a exame médico admissional, antes que assumisse suas atividades, contrariando o artigo 13 da Lei nº 5.889/1973 c/c item 31.5.1.3.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005, motivando a lavratura do Auto de Infração de número **021216282**.

VIII. 2.4. Do material necessário a prestação de primeiros socorros

Ficou constatado que o empregador deixou de equipar seu estabelecimento com material necessário a prestação de primeiros socorros, contrariando o artigo 13 da Lei nº 5.889/1973 c/c item 31.5.1.3.6, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005, motivando a lavratura do Auto de Infração de número **021216290**. É imperioso destacar que os riscos das atividades desempenhadas pelo obreiro, em razão do manuseio com animais de grande porte em área acidentada e com presença de animais peçonhentos, agrava ainda mais a conduta do empregador e revela o pouco caso que o mesmo demonstra com a segurança de seu empregado.

IX – DA CONCLUSÃO

Os fatos descritos no expediente oriundo da Gerência da SRTE/Marabá foram parcialmente constatados, tendo sido lavrados os Autos de Infração específicos para as irregularidades verificadas, não tendo sido identificado cerceamento da liberdade de trabalhadores ou submissão a condições degradantes dos mesmos.

X – ANEXOS

- 01- Cópias dos Autos de infração;
- 02- Cópia de notificação para apresentação de documentos/NAD.

Belém-Pa, 18 de junho de 2012

